

**Depoente:** João Batista Mares Guia

**Entrevistadores:** Vanuza Nunes Pereira

**Data:** 28 de julho de 2017

**VANUZA NUNES:** Hoje é dia 28 de julho de 2017, nós estamos aqui no prédio da sede da Comissão da Verdade em Minas Gerais, na casa de Direitos Humanos, no centro de Belo Horizonte, agora são 9:26, meu nome é Vanuza Nunes, eu sou assessora da Comissão da Verdade em Minas Gerais e eu tô aqui com o professor João Batista Mares Guia, que vai nos retratar e trazer aí à memória principalmente o momento em que ele já era professor da Universidade Federal de Minas Gerais, no departamento de sociologia, e depois, mesmo estando exercendo a atividade como professor, a sua contratação foi impedida. Professor João Batista Mares Guia, por favor.

**JOÃO BATISTA MARES GUIA:** Pois não. Eu sou João Batista Mares Guia dos Mares Guia. Uma breve síntese do que ocorreu para se seguir após isso o contexto em que os fatos transcorreram, é a seguinte: por ocasião da criação do ciclo básico de ciências sociais na Universidade Federal de Minas Gerais, a partir de 1975 inclusive, e até vários anos adiante, o ingresso de professores nas universidades federais, por razões administrativas que não vêm ao caso agora detalhar, não se dava através de concurso público de provas e títulos e entrevista, dava-se através de convite feito, por exemplo no meu caso, o departamento de sociologia e antropologia, com base no currículo da pessoa, no conhecimento que os professores do departamento tinham segundo as informações disponíveis sobre as competências do eventual futuro professor, para ocupar a posição de contratado como professor da Universidade Federal de Minas Gerais. E assim ocorreu. Eu concluí meu curso de sociologia no ano de 1975, tardiamente, porque ingressei na universidade em 1967, como fui líder estudantil muito precocemente, chegando a direção da União Estadual de Estudantes de Minas Gerais, ainda no primeiro semestre de 67, quando ainda era aluno do primeiro ano, isso foi razão que impossibilitasse eu frequentar e ser aprovado durante os dois semestres do primeiro em 67, mas foi impeditivo de que eu pudesse frequentar e ser aprovado já no que seria o terceiro e quarto semestres, no ano de 68, em razão de decretação de prisão preventiva, de ter ficado todo mês de maio preso em quartel

do exército e no DOPS, respondendo um inquérito policial militar, presido pelo coronel Otávio Aguiar de Medeiros, e depois preso no congresso da UNE, de onde eu fui encaminhado a dois novos IPMs, coordenados por coronéis do exército, seguindo-se a isso após um longo período de incomunicabilidade e maus tratos, ao meu julgamento em tribunal militar, no caso em São Paulo, aonde eu havia sido preso, no congresso da UNE, condenado a um ano e meio, e somente saí da prisão no final, bem no final do ano de 1969. A partir disso, novas perseguições contra a minha pessoa ocorreram, inclusive com invasão de domicílio dos meus pais, porque supunha-se que eu estaria, uma vez mais, vinculado a uma organização da luta armada clandestina no Brasil, e o propósito da repressão, exército e forças de repressão auxiliares era sequestrar-me e, de certo, desaparecer comigo. Eu não tive outro recurso, que recém havia saído da prisão, senão o exílio, e fui para o Chile. Retornei do exílio no final do ano de 1972, reingressei na universidade para prosseguir o meu curso de sociologia em 73 e fui concluí-lo em 75. No ano de 75 fiz concurso para o mestrado de ciência política da UFMG, fui aprovado, e logo no início de 76, eu além de frequentar o mestrado em ciência política, também comecei o que seria a minha carreira acadêmica, como docente na área de sociologia, vinculado ao departamento de sociologia e antropologia da UFMG. Do mesmo modo como ocorreu comigo, ocorreu exatamente da mesma maneira com todos os professores, seja do departamento de economia da faculdade de ciências econômicas, da área de direito da faculdade de direito, da área de ciência política do departamento de ciência política, da área de psicologia social, enfim, do conjunto das disciplinas que formavam o currículo, do ciclo básico de ciências sociais, todos os professores, sem nenhuma exceção, tivessem mestrado ou não, e a maioria não tinha, que a oferta de cursos de mestrado na área de ciências humanas recém estava se iniciando, para se ter uma ideia, não havia mestrado em sociologia na UFMG naquele período, só havia na área de ciência política, nas demais áreas ainda não havia, de modo que eu estava na mesma situação funcional de 100% dos professores do ciclo básico de ciências sociais. Nós éramos provavelmente um total de 40 professores de todas as áreas, direito e psicologia social, economia, ciência política e sociologia, salvo engano talvez alguma outra disciplina. De 40 a 50 professores, todos absolutamente na mesma situação. A mim foram designadas três turmas, quando a maioria dos professores lecionava para duas turmas, eu tinha duas turmas no turno da manhã e uma turma no turno da tarde. Assinei diariamente, sem nenhuma falta ou atraso, o livro de presença, testemunhando a minha presença,

assiduidade, pontualidade e ação de lecionar. Cadernetas foram oficialmente emitidas pela faculdade de filosofia e ciências humanas, na rua Carangola, 288, eu lecionava no 8º andar, onde antes funcionava a filosofia, e essas cadernetas, as três, no primeiro semestre, emitidas em meu nome, com todos os registros da vida escolar de cada um dos meus alunos. Entre os meus alunos, coincidentemente encontravam-se na ocasião, em uma das turmas, o Nilmário Miranda, que hoje é o secretário de direitos humanos e o Fernando Pimentel, que hoje é o governador de Minas Gerais. Então eu tenho numerosas testemunhas, além de 40 ou 50 professores, também entre os meus alunos, mencionando esses dois, mais conhecidos. Lecionei e, curiosamente, enquanto todos os meus colegas tinham seus contratos já assinados e recebiam mês a mês, o meu contrato não foi elaborado, eu não assinei, embora estivesse autorizado a prosseguir lecionando, lecionei e aprovei meus alunos e reprovei 1, 2 ou 3, no máximo, ao longo de todo o primeiro semestre. No final do primeiro semestre, a reitoria emitiu uma orientação ou uma ordenação ao departamento de sociologia, no sentido de que eu interrompesse imediatamente as minhas atividades docentes. O rumor que correu em toda faculdade de filosofia e ciências humanas, e que o rumor foi adotado como sendo a descrição do que de fato estava ocorrendo, inclusive a começar do próprio diretor da faculdade, o professor (trecho incompreensível) José (trecho incompreensível), todos, todos os professores, sem exceção, chegaram a conclusão de que a autonomia da Universidade Federal de Minas Gerais estaria sendo violada ou sob risco de violação, porque patentemente o impedimento para que eu prosseguisse com a minha atividade docente tinha uma única razão: veto político, externo à universidade, oriundo ainda não se sabia de onde, portanto não foi uma iniciativa própria da universidade, teria sido uma pressão externa, ato contínuo, inclusive com estímulo do próprio diretor da faculdade, José Ernesto (trecho incompreensível). Vários professores se mobilizaram, liderados pelo professor de filosofia, meu ex-professor, padre Cláudio Henrique de Lima Vaz, e pelo professor da área de ciência política, Fábio Vanderley Reis, hoje emérito da universidade, e mais de duas dezenas de outros professores, dirigiram-se ao prédio da reitoria no campus da UFMG, salvo engano meu, este fato ocorreu ou em junho de 1976 ou no início de julho deste mesmo ano. Eu fui junto a esse grupo numeroso de professores e nos dirigimos ao andar do gabinete do reitor. Fomos atendidos fora do gabinete, pois o reitor não veio conversar conosco, pelo pró-reitor de planejamento, o professor José Armando de Souza, coincidentemente professor de sociologia, meu ex-professor, inclusive amigo

pessoal. O professor José Armando de Souza, me recordo, estava sentado diante de um pequeno birô e todo esse grupo grande de professores ao redor dele, e ele nos deu a seguinte informação: o que está ocorrendo é uma pressão sobre a reitoria, e uma tentativa de veto à contratação e permanência do professor João Batista Mares Guia como professor de sociologia nesta universidade. E o veto vem do exército, o veto é do general Antônio Bandeira, que então era general de divisão, comandante da 4ª divisão de exército, que recentemente tinha tido a inauguração da sua sede em Belo Horizonte, na continuação da avenida Raja Gabáglia. Isso foi dito pelo professor José Antônio de Souza. Eu não posso afirmar se outras pessoas que participaram dessa conversa irão se recordar exatamente do que ele nos narrou, mas eu tenho absoluta certeza! Não é uma convicção vaga! Absoluta certeza de que essas foram as palavras do professor José Antônio de Souza. Nos entendimentos, foi dito ao grupo que nós tivéssemos um pouco de paciência, um pouco de cautela e que taticamente aguardássemos, que a reitoria ia se empenhar para resolver o problema possivelmente até o final do mês de julho, para que eu pudesse retornar à atividade letiva. De fato isso aconteceu, tanto é que eu fui uma vez mais convocado e reiniciei as atividades letivas no primeiro dia letivo do mês de agosto, lecionei o mês de agosto e lecionei o mês de setembro, com três turmas, duas no turno da manhã, uma no turno da tarde, assinado o livro de ponto, cadernetas lançadas, fui autor de pelo menos dois textos que foram utilizados no curso de ciências sociais. Tinha uma estima muito grande da parte dos meus colegas e avaliado pelos alunos como excelente professor. Então eu desfrutava de um grande prestígio entre os colegas e fazendo o curso de ciência política, já casado, já com primeiro filho, e eu precisava dessa renda, tinha ficado em uma situação muito delicada, eu não podia nem comprar um carro pra me deslocar, porque não tinha receita, a receita era da minha esposa, profissional da área de sociologia urbana, pesquisadora vinculada ao (trecho incompreensível) Fundação João Pinheiro. No final do mês de setembro, pode ser que haja algum engano, ou início de outubro, houve novamente uma interdição, uma decisão da reitoria para que eu interrompesse as minhas aulas. O mesmo grupo se mobilizou novamente, e dessa feita a recepção não foi gentil, não foi amistosa, e não da parte do professor José Armando de Souza. Houve uma notícia vaga, segundo a qual o reitor teria alertado o grupo de que se o grupo continuasse a pressionar seria pior, que se desmobilizasse e deixasse o assunto por conta da reitoria, que oportunamente haveria uma resolução. O grupo se mobilizou não porque João Batista Mares Guia fosse um amigo, um

companheiro, um colega ou coisa do gênero, porque do lado da afetividade. O grupo se mobilizou em razão de um princípio fundamental, princípio da autonomia universitária, que estava sendo uma vez mais violada naquele segundo momento de interdição da minha atividade letiva. Na ocasião, eu sequer recebi da parte da reitoria um convite para comparecer a uma reunião administrativa na qual eu pudesse ser informado do que estava acontecendo ou sobre a minha situação funcional ou sobre que procedimento a universidade iria adotar através da reitoria para regularizar a minha situação ou quitar o que seria o débito que tinha comigo, uma vez que eu havia lecionado desde o início do ano até aquele final do mês de setembro sem contrato e sem nada a receber. Assim passou-se o tempo e a orientação era aguardar para ver se era possível resolver o assunto já no início do ano letivo de 1977. Eu nunca recebi uma comunicação da reitoria, nunca! Nenhuma! Nenhum telefonema, um contato informal, uma nota oficial, um convite para comparecer a um setor administrativo, alguma providência. Me deixaram literalmente no vácuo, sem nenhum tipo de satisfação. Isso eu responsabilizo a reitoria. Prefiro falar da reitoria institucionalmente, para não personalizar. Veio o início do ano letivo de 1977, nenhuma informação, e os colegas do departamento de sociologia e antropologia, sob um grande constrangimento, e aqui eu quero destacar a imensa disposição, solidariedade, coragem pessoal do professor Ronaldo Noronha, que então era o chefe do departamento de sociologia e antropologia, que ainda em 77 continuou, de modo muito persistente no início daquele ano, mantendo correspondência com a reitoria, cobrando da reitoria informação, satisfação e a minha imediata contratação. Na sequência, em algum momento do primeiro semestre, não me recordo se no mês de abril ou no mês de maio, eu já estava endividado e então recorri a Justiça Federal do Trabalho, abri um processo trabalhista contra a Universidade Federal de Minas Gerais. A universidade se defendeu, inclusive ao ponto de supor que eu não tinha vínculo com a própria universidade. É muito impressionante que tenha feito isso! E ficou demonstrado, pelas razões que eu já aqui citei, caderneta, livro de ponto, testemunhos das pessoas, listas de alunos, aprovação, textos produzidos e assim por diante, vasta prova documental, que dispensou até a prova testemunhal, tal a evidência forte de que eu tinha o vínculo com a universidade, eu ganhei a causa. Voltando ao caso do general Antônio Bandeira. Porque que haveria esse (trecho incompreensível) na versão do professor e então pró-reitor de planejamento, José Armando de Souza, sobre a minha pessoa? Na ocasião, era ministro do exército o general Silvío Frota, e o

general Antônio Bandeira tinha assumido o comando da 4ª divisão de exército. O general Antônio Bandeira, já se sabe, ele foi um torturador, ele comandava a 3ª brigada de infantaria em Brasília, junto ao comando militar do planalto, nos idos de 1972, quando foi descoberta a guerrilha do Araguaia, sob a direção do Partido Comunista do Brasil. Ele foi deslocado para a Amazônia, à frente de mais ou menos 3 mil soldados de várias unidades do exército, e foi muito mal sucedido durante todo aquele ano na campanha do período de chuva, que na Amazônia é chamada de inverno, é verão sem chuva e inverno com chuva, muito mal sucedido, mataram 9 guerrilheiros, mas a guerrilha resistiu e o exército foi, literalmente, derrotado naquela etapa. O comando militar do Planalto manteve o general Antônio Bandeira à frente do comando militar de combate direto à guerrilha na Amazônia até meados de 1973, quando ele foi removido e substituído pelo general Hugo Abreu. Nesse momento, Antônio Bandeira ocupou a chefia do departamento de polícia federal em Brasília, e foi removido não porque tenha praticado tortura, tenha ordenado desaparecimento e carbonização de corpos de guerrilheiros, tudo de ordem dele, está mais do que comprovado, mas foi removido porque ele queria fazer uma guerra tipo, estilo Vietnã na Amazônia, contra 69 guerrilheiros, uma coisa absolutamente desproporcional e mesmo ridícula. Ocupou a chefia da Polícia Federal. E na sequência, depois, ele foi nomeado para 4ª divisão de exército, em Belo Horizonte, onde ele ficou até 77, quando exatamente no dia 12 de outubro de 77, o general Geisel demitiu o general Sílvio Frota, que era o comandante do exército que tentava um golpe dentro do golpe para depor o Geisel e instaurar a linha dura contra a chamada “distensão lenta, gradual e segura”, especialmente contra o poder do general Goberni, do Couto e Silva, que seria o responsável pela distensão contra a qual a linha dura do exército e das forças armadas se mobilizava. Com a queda de Sílvio Frota, Antônio Bandeira perde o poder que até então ele tinha sustentado desde Brasília, pelo ministro chefe do exército. Ele ainda permaneceu algum tempo a frente, logo foi promovido a general de 4 estrelas, mas foi deslocado para um posto burocrático administrativo dentro do exército, em Brasília. O Figueiredo assume a presidência em 79, aí ele é nomeado para o comando do 3º exército lá embaixo, no Rio Grande do Sul, mas no ano em que veio a anistia e um ano depois que o AI-5 já tinha sido, por assim dizer, cancelado, foi no ano de 1978. Vale dizer. A partir de 1977, especialmente com a queda de Sílvio Frota a partir de outubro, a reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais deixou de sofrer a coação externa militar, que o quadro se inverteu completamente, e o

governador de Minas (trecho incompreensível) Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, era ligadíssimo ao general Geisel e era uma das opções civis para ocupar a presidência da república na sucessão. E por sua vez, o reitor Eduardo Osório Cisalpino, tinha forte ligação com o governador de Minas. Então ele estava, do ponto de vista político e do poder, plenamente, plenamente protegido para tomar decisões mais fortes, e ele era tido e havido como uma personalidade de decisões mais fortes. Aí vem perguntas muito inquietantes. Porque que a mesma reitoria, na pessoa do reitor, no mesmo ano de 1976, emprestou um apoio tão forte e evidente ao encontro nacional de estudantes, que foi um primeiro movimento após os anos de chumbo, após os anos mais duros da ditadura e da repressão e da tortura, no sentido de reconstrução da UNE, e o encontro foi feito na faculdade de medicina, dentro do campus da UFMG, com autorização tácita da reitoria, que não o impediu, e quando o encontro foi cercado e os estudantes foram presos e conduzidos à Gameleira, a reitoria, através de seu representante maior institucional, teve um papel admirável e elogiável.

**VANUZA NUNES:** Uhum.

**JOÃO BATISTA MARES GUIA:** Inclusive na ocasião de enfrentamento com autoridade militar maior. Então como é possível ter tido uma atitude como essa? Que envolvia, por assim dizer, muito maior risco institucional de receber pressão externa indevida, e ao mesmo tempo ter sido, vou usar a palavra, completamente omissa no meu caso, ao ponto de sequer prestar informações a quem estava sendo vítima em todo caso, não é?! Ou se empenhar de maneira mais decidida daí em diante na primeira oportunidade que fosse a mais conveniente para, por assim dizer, reestabelecer a verdade e normalizar toda a situação e resgatar os meus direitos ofendidos. Com a queda do Sílvio Frota, o ostracismo do grupo e a perda de poder do general Antônio Bandeira, a reitoria não fez nenhum ato, eu não recebi uma informação, um convite, absolutamente nada, e assim passou-se o tempo ao longo de todo ano de 1978, quando cai o AI-5, e ao longo de 1979, quando vem a anistia, e eu fiquei como o único professor universitário do Brasil não anistiado, porque? Porque a situação era kafkiana! Eu dei aula na universidade, mas a universidade não me reconhecia, tanto é que a argumentação jurídica da procuradoria geral da UFMG é toda no sentido da inexistência de um vínculo meu com a universidade federal. E o argumento posterior foi do direito positivo usado de modo mais impróprio e kafkiano imaginável, que é: com efeito, prestou serviços. Houve uma demanda trabalhista, entrou na justiça, ganhou a

causa, recebeu, ponto final. Não temos mais nenhuma responsabilidade e nenhum vínculo com o professor João Batista Mares Guia. Ou seja, a ditadura não existiu, a perseguição não existiu, o meu caso não é político, é um problema administrativo resolvido por via de demanda trabalhista e ponto final, estamos com assunto encerrado. E o reitor Eduardo Osório Cisalpino nunca se manifestou. Eu queria inclusive insistir com a Comissão da Verdade que um grupo da comissão o ouvisse. Ele está vivo. Seria muito importante ouvi-lo para que ele dê o seu depoimento e a sua versão. E a sua versão. E eu gostaria de ter conhecimento da versão que será apresentada pelo ex-reitor Eduardo Osório Cisalpino. Acho isso da mais alta relevância, porque essa verdade tem que ser estabelecida. Eu tinha uma grande expectativa quando se criou a Comissão Nacional da Verdade de que as universidades, e inclusive a nossa, Federal de Minas Gerais, criasse a sua Comissão da Verdade. Isso não aconteceu. A primeira Comissão da Verdade criada em Minas Gerais, que não foi iniciativa como hoje, do governo, sequer me convidou ou me arrolou entre testemunhas ou vítimas, ignorou completamente este caso. Apesar de ali estarem pessoas que tinham pleno conhecimento do que tinha acontecido e, por razões de idiossincrasias pessoais, que não me interessam, sequer mencionaram meu caso. Curiosamente todas as pessoas que se encontravam a frente da Comissão da Verdade naquela ocasião, aqui em Minas Gerais, tinham sofrido perseguição da ditadura, ou em 64 ou posteriormente a 64, todas me conheciam e todas sabiam do meu caso. Então essa responsabilização do que se seguiu posteriormente, esse silêncio, por assim dizer, rumoroso, clamoroso, não foi um silêncio somente da reitoria, não. Foi um silêncio também daquela parte da sociedade civil que ao invés de dar o exemplo, se pautou pela omissão ao não colocar esse caso como objeto de investigação por ocasião do funcionamento daquela Comissão da Verdade estadual. O general Antônio Bandeira me conhecia. Me conhecia por duas razões. A primeira razão está testemunhada no livro que tem como autores Taís Morais e Eumano Silva, chamado: “Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha”, da Geração Editorial. Este livro teve a primeira edição em abril de 2005, eu tenho aqui a segunda edição, de outubro de 2005. Neste livro, é uma coisa que até hoje quando eu leio, eu mesmo fico espantado e surpreso, consta à página 428 da segunda edição, a seguinte passagem sobre a guerrilha do Araguaia, quando ainda o general Antônio Bandeira era o comandante máximo militar das operações na selva de combate a guerrilha. “Baseados nos depoimentos”, tô falando agora entre aspas, “baseados nos

depoimentos dos prisioneiros, concluiu o centro de informação do exército e o comando militar da Amazônia, que a Comissão Militar da guerrilha era formada por José Humberto Bronca, o Zé das Neves, e João Batista Mares Guia, o Gilberto. O médico João Carlos Haas Sobrinho, o Juca, morto em setembro, também fizera parte. Teria sido substituído por Hiram Caetano Diniz, estudante do 6º ano de medicina. Quase tudo no anexo b sobre a comissão militar estava errado, não havia nenhum João Batista Mares Guia, o codinome Gilberto não era usado por ninguém da cúpula".

Porque eu estou citando isso aqui? Porque nessa ocasião, primeiro semestre de 1973, eu já estava em Belo Horizonte casado, mas a polícia federal exigia que eu comparecesse toda semana ao departamento de polícia federal, que funcionava no prédio JK, ali junto da praça Raul Soares. Me punham nu, fotografavam de frente, de lado, de costas e dedo borrado pra todas as vezes, uma tentativa de humilhação. E houve um período de mais ou menos dez dias que eu saí do radar da polícia federal, que eu fui com a minha esposa, de ônibus, porque não tinha dinheiro, para o Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, ser testemunha, padrinho de casamento de Jorge Batista Filho, que tinha sido meu companheiro de movimento estudantil, companheiro do comando de libertação nacional, companheiro de prisão, tudo que aconteceu comigo aconteceu com ele, a única diferença é que eu fui condenado a um ano e meio e ele condenado a um ano. Então ele casou-se lá, que o irmão residia, ele foi pra lá e lá ele conheceu a Ana, casaram-se e eu e Virgínia fomos ser padrinhos de casamento, o casamento foi numa igreja de pescadores, chamado Ridinha, o local. E ficamos dez dias fora. Nesse período que nós ficamos fora, eu fiquei fora do radar e eles me puseram como membro do comando militar da guerrilha. Era o suficiente para me pegarem em qualquer lugar, no ponto de ônibus, aeroporto, sumir comigo na selva e inclusive com a minha mulher, por conta disso aqui. Então esse general, que consta que tinha muito boa memória, já sabia quem eu era. Só o fato de ter sido arrolado como membro do comando militar, já era razão suficiente para ficarem de olho em cima de mim, e ficava. A minha casa era vigiada, eu recebia telefonemas todas as madrugadas ameaçando sequestrar meu filho, a minha casa quando eu e minha mulher tínhamos que viajar levando o Thiago para visitar minha sogra no sul de Minas, ela tinha que ficar com amigos meus, como Vicentão, ex-líder do movimento de favelas, que dormiu na minha casa mais de um ano, ele e o filho dele. Houve um momento em que eu levei um tiro na perna, quase na porta da minha casa, simularam uma briga na porta, eu saí de casa, fui correndo atrás, foi uma imprevidência da minha

parte, me deram um tiro, e nunca ficou esclarecida essa situação. O tiro entrou de um lado e saiu de outro na minha perna. Eu não fiz ocorrência policial porque não adiantava. E assim foi aquele período todo. No ano de 74, eu já comecei a ajudar a organização do movimento estudantil, trabalhando somente com lideranças, mas comecei a fazer muitas conferências. 75 eu criei o centro de estudos do trabalho, com dinheiro dos jesuítas, e reuni quase 100 pessoas, quase todos estudantes universitários e outras pessoas ligadas à igreja para produzir, isso durou mais ou menos 5 a 6 anos, cadernos baseados em estudo, pesquisa, visitação de campo para estimular associações de bairros, sindicatos, luta com reforma agrária, comunidades eclesiais de base e assim por diante. Juntamos ali umas 50, 60, em alguns momentos até mais do que isso, numa casa alugada no Barreiro, eu liderava isso, eu era presidente do (trecho incompreensível), então isso deu muita visibilidade, isso tudo era acompanhado e investigado, monitorado pela polícia política e pelo exército. Ainda em 75 eu fui um dos fundadores do Jornal Movimento, era do conselho editorial, e o jornal escalou três pessoas para fazerem, no Brasil inteiro, em circuito universitário, conferências em defesa da Assembleia Nacional Constituinte, numa época em que ainda se matava. 75 (trecho incompreensível) foi sequestrado e morto, 76 aquele operário ligado à pastoral operária de São Paulo, o Manoel Fiel Filho foi sequestrado e morto. Então ainda era uma fase risco. O comando central, comitê central do PCB foi eliminado fisicamente, quase todo ele, no ano de 75, inclusive com sequestros, injeções que matavam um cavalo, assim mataram várias pessoas do comitê central do Partido Comunista. O massacre da Lapa contra a cúpula do Partido Comunista do Brasil ocorreu em 1976, na Lapa, em São Paulo, era uma área de grande risco ainda 75, eu, o Raimundo Pereira, que era o líder do jornal Movimento, e o Bernardo (trecho incompreensível) que era um dos coeditores, nós saímos Brasil afora. E o Marcos Magalhães também, fazendo conferências em circuito universitário, dormindo em casa de professor, com a passagem que os alunos faziam a vaquinha, compravam e nos davam e tal, fazendo conferência sobre a Assembleia Nacional Constituinte. Isso, mais o que se sabia da minha liderança no movimento estudantil, mais a minha condenação e mais esse fato de eu ter sido mencionado como membro da comissão militar, isso ficou na memória do general Antônio Bandeira, por isso que eu fui escolhido como alvo. Não é nenhum tipo de comentário distintivo, absolutamente! Mas naquele momento que o general aqui se encontrava, inquestionavelmente eu era, dentre todos os militantes de esquerda, o de maior visibilidade, então eu fiquei no radar do exército.

A hipótese do professor José Armando, hipótese não, a assertiva do professor José Armando de Souza, é que a pressão militar estava ocorrendo em cima da minha pessoa para que fosse criado um conflito entre o exército e a reitoria, que acabaria arrastando e envolvendo o governo do estado, e por essa via chegaria à presidência da república, e o ministro do exército teria que tomar uma posição em defesa do seu general aqui, desautorizando o governador do estado. Isso foi dito pelo professor José Armando de Souza. Essa é a versão, não há outra. Porque qual é a razão para que a universidade fizesse essa, por assim dizer, interdição no início da minha carreira acadêmica?! Eu falo “início da minha carreira acadêmica” porque assim que eu fui afastado da universidade, eu não tive outro recurso senão abandonar o mestrado em ciência política para voltar a ser professor de pré vestibular, dando 40 aulas por semana, para sobreviver, que logo em seguida veio a minha primeira, já tinha um filho, veio a primeira filha, para poder sobreviver, pagando aluguel, que eu não tinha casa própria. Então com isso interrompeu-se a minha carreira acadêmica. Com o passar do tempo, salvo engano, no ano de 2007, isso consta de todo arquivo na reitoria da UFMG, eu relatei os fatos e procurei o então reitor da UFMG, o professor Tomás Aroldo. Entreguei a ele um ofício narrando o que eu aqui estou dizendo. A resposta que eu recebi do então reitor Tomás Aroldo, que outra coisa não fez se não me transmitir o parecer da procuradoria jurídica, sendo que Tomás Aroldo era um militante do movimento estudantil, participante das passeatas de 1967, 68, sabia de tudo que havia acontecido comigo, mas limitou-se, isso em 2007, 2007! Sendo presidente da república Lula! Limitou-se a me entregar um parecer da procuradoria, lacônico, em duas páginas, que simplesmente dizia que, com efeito, o pleiteante prestou serviços à universidade, houve um conflito trabalhista, ele ganhou a causa, recebeu, ponto final. Ou seja, uma resposta kafkiana, reiterando exatamente a situação kafkiana lá da década de 70, do tempo da ditadura. Posteriormente, em 2011, eu fiz mais uma tentativa, quase já desistindo. Era então reitor o professor Clésio Campolina, que me prestou informações sobre o que havia acontecido, a tramitação de documentação entre o departamento de sociologia e antropologia, as respostas da reitoria, mas não deu sequência ao caso. Eu tenho impressão que ele também, Clésio Campolina, poderia ser ouvido, que eu recebi informação recente de fonte absolutamente confiável, isenta, responsável, de que ele consultava a respeito da minha situação, recentissimamente reconheceu que foi uma falha, que a reitoria deveria ter tomado as providencias no sentido da minha reintegração à Universidade Federal de Minas

Gerais. Então seria interessante ouvir o professor Clélio Campolina. E recentemente eu fiz a última tentativa e, pelo que me parece, tendente a ser exitosa, junto ao atual reitor, o professor Jayme Ramirez, que recepcionou muito bem todo este caso e vem tendo atitudes muito construtivas com todo rigor necessário, obviamente, no sentido de uma definitiva resolução e esclarecimento do caso. Eu não posso dizer qual vai ser o resultado final. Então esses são os fatos. Isso não é uma crônica, não é uma narrativa eivada de subjetivismo, são os fatos. O que eu relatei envolvendo o general Bandeira foi o que eu ouvi do pró-reitor de planejamento, que nos recebeu naquele momento no prédio da reitoria, representando a reitoria. Não tem nada escrito, nada foi gravado, não houve testemunha de jornalista, mas várias pessoas estiveram presentes. Eu não saberia exatamente arrolar quem eram os professores, me lembro do padre Cláudio Henrique de Lima Vaz, me lembro do Flávio Vanderlei Reis, mas nesse momento da conversa eu não sei quem estava ao redor e nem saberia dizer se eles se lembram do quê que foi dito. Então esses é que foram os fatos. Toda documentação concernente ao meu vínculo com a universidade e a correspondência do departamento de sociologia com a reitoria e as respostas da reitoria, encontra-se aqui. Aqui inclusive tem cópia de caderneta, aluno, há uma argumentação reiterada pela reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais, o que eu considero uma das coisas mais, por assim dizer, inaceitáveis, para não dizer ofensivas, quando após o caso de junho, da primeira interdição do meu trabalho, começou a argumentar de que não havia vaga! Não havia vaga, mas eu tinha três turmas! Não havia vaga, mas eu continuei com três turmas, lecionei todo o primeiro semestre e aprovei alunos. E a primeira correspondência aqui datada de 17 de setembro, assinada pelo então chefe do departamento, professor Ronaldo Noronha, que até hoje está na ativa na universidade, fala que: “Mais uma vez, volta um pedido antigo deste departamento a esta pró-reitoria, que motivou intensa troca de correspondência entre nós ao longo de todo este ano”, isso foi em setembro...

**VANUZA NUNES:** Certo.

**JOÃO BATISTA MARES GUIA:** Então “ao longo de todo este ano, até agora sem resultados positivos, infelizmente. Refiro-me a contratação do senhor João Batista Mares Guia para lecionar na Sociologia I, no primeiro, Sociologia I, no primeiro ciclo da área de Ciências Sociais. Tal contratação durante o primeiro semestre não foi possível, dada a inexistência de recursos financeiros para fazê-la. Mas, como uma professora do departamento se demitiu, refiro-me a senhora Estela Mares Murta, a

partir de primeiro de agosto do corrente, liberou recursos que permitiam sua substituição. No entanto, a substituição não pôde ser feito então, dados os impedimentos legais postos pelo decreto tal da presidência da república. Parece-me que tais impedimentos não se aplicam mais a UFMG, que já satisfaz o requisito da inclusão no sistema de classificação de cargos. Assim, será da máxima importância para nós e, sobretudo, para a qualidade do ensino da disciplina citada que a equipe a leciona possa ser reforçada com mais um professor”, e assim por diante. Aqui eles não puseram na ordem. 14 já. Aqui é setembro, mas 14 de abril de 76. Uma vez mais o Ronaldo Noronha, chefe de departamento, pedindo a minha contratação. E assim vai. Isso transcorreu ao longo de todo o ano de 1976. Aqui a listagem dos então professores do departamento de sociologia lotados no ciclo básico de ciências sociais, no segundo semestre de 75, que não é o meu caso. Depois, no primeiro semestre de 76. Docentes: João Batista Mares Guia. Isso aqui é documento oficial da Universidade Federal. Encargos didáticos no setor: 12. Os outros: João Gabriel Teixeira, 8; Maria Zélia, 8. Tem inclusive uma carta da Maria Zélia, muito importante. A Estela, que eu estava dando aula, mas ela saiu e então teria deixado no segundo semestre a vaga para mim, 12, mas eu dando 12 aulas e assim por diante. Então aqui tem uma vasta documentação. Mais adiante tem a manifestação da procuradoria jurídica da prefeitura, perdão, da Universidade Federal de Minas Gerais, relativa à minha demanda trabalhista.

**VANUZA NUNES:** Certo.

**JOÃO BATISTA MARES GUIA:** Eu não sei se seria de interesse da Comissão poder tirar uma cópia xerox disso...

**VANUZA NUNES:** Claro.

**JOÃO BATISTA MARES GUIA:** Porque eu preciso ficar com esse documento, então eu queria entregar esse documento, que aqui contém na primeira página um ofício assinado pelo atual reitor, Jayme Artur Ramirez, datado de 29 de junho de 2017, como resultado primeiro de uma audiência que eu tive com ele sobre este caso, e que lá ele assumiu três compromissos: o primeiro de enviar esse volume com a documentação administrativa que tramitou como correspondência entre o departamento e a reitoria, e depois no caso o encaminhamento jurídico. O segundo é encaminhar-me, assim que recebesse, o relatório da Comissão da Verdade sobre o meu caso, e o terceiro é finalmente a reitoria se manifestar sobre a minha reincorporação à universidade, né.

Então aqui a primeira resposta dele. Então se for possível vocês xerocarem, daqui a 10, 15 dias...

**VANUZA NUNES:** Nós entregamos para o senhor.

**JOÃO BATISTA MARES GUIA:** Eu acho que com isso aqui eu completo o meu depoimento.

**VANUZA NUNES:** Ótimo. Não, maravilha. Bom, professor Mares Guia, antes de qualquer coisa eu quero agradecer ao senhor pela disponibilidade, pela atenção, por (trecho incompreensível) conosco, então nós terminamos aqui o depoimento, agora são 10:09, e nos colocamos à disposição caso o senhor queira nos procurar, a gente está sempre aqui à disposição para ouvi-lo.

**JOÃO BATISTA MARES GUIA:** Eu só quero deixar claro que não basta mais para mim apenas o pleno esclarecimento do que verdadeiramente aconteceu. Eu confio nesta Comissão da Verdade como a grande esperança para que esse pleno esclarecimento, inclusive com ajuntamento do eventual depoimento do então reitor Eduardo Osório Cisalpino, e eventualmente, se for possível, e a Comissão julgar oportuno, colher também o depoimento do ex-reitor Clélio Campolina, mas para mim, este caso só tem uma solução aceitável: a minha reintegração à Universidade como professor de sociologia, atividade a qual eu quero me dedicar! Eu quero me dedicar! Não estou à procura de qualquer outro tipo de compensação, eu dispensei, como expreso político, todas as indenizações, não quero! E, portanto, o que eu quero é a volta ao meu cargo, a volta à minha atividade de professor de sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Não há nenhuma necessidade de uma exposição política do caso, não há nenhuma necessidade de criar constrangimentos a quem quer que seja, porque as pessoas pelo lado na universidade envolvidas, são pessoas que merecem respeito, todas elas! Mesmo quando eventualmente alguém tenha sido fraco ou mesmo negligente, ou mesmo se deixado levar pelo orgulho para não reconhecer o erro cometido, seja como for, não tenho nenhum propósito de transformar esse em um caso político ou um caso público. O que eu quero é o meu retorno à universidade como professor. É a única coisa que me satisfaria.

**VANUZA NUNES:** Certo, muito obrigada.

**JOÃO BATISTA MARES GUIA:** Muito obrigado você.